

# Planalto minimiza crise entre Sarney e Ulysses



O deputado Ulysses Guimarães, no seu pronunciamento em defesa da Constituinte, acendeu uma vela para Deus e outra

para o Diabo: defendeu a Assembléia, usando-a como palanque para sua candidatura à Presidência da República; mas, simultaneamente, incluiu, no seu discurso, um recado ao presidente José Sarney, de que está aberto às negociações para as mudanças que se devam fazer no projeto de Constituição.

Esta é a interpretação que o Palácio do Planalto fez do discurso de Ulysses Guimarães. Ela faz parte da estratégia traçada pelo presidente da República e seus conselheiros políticos, de minimizar o quanto possível a crise entre o Governo e a Constituinte. Mas exatamente, entre Sarney e Ulysses.

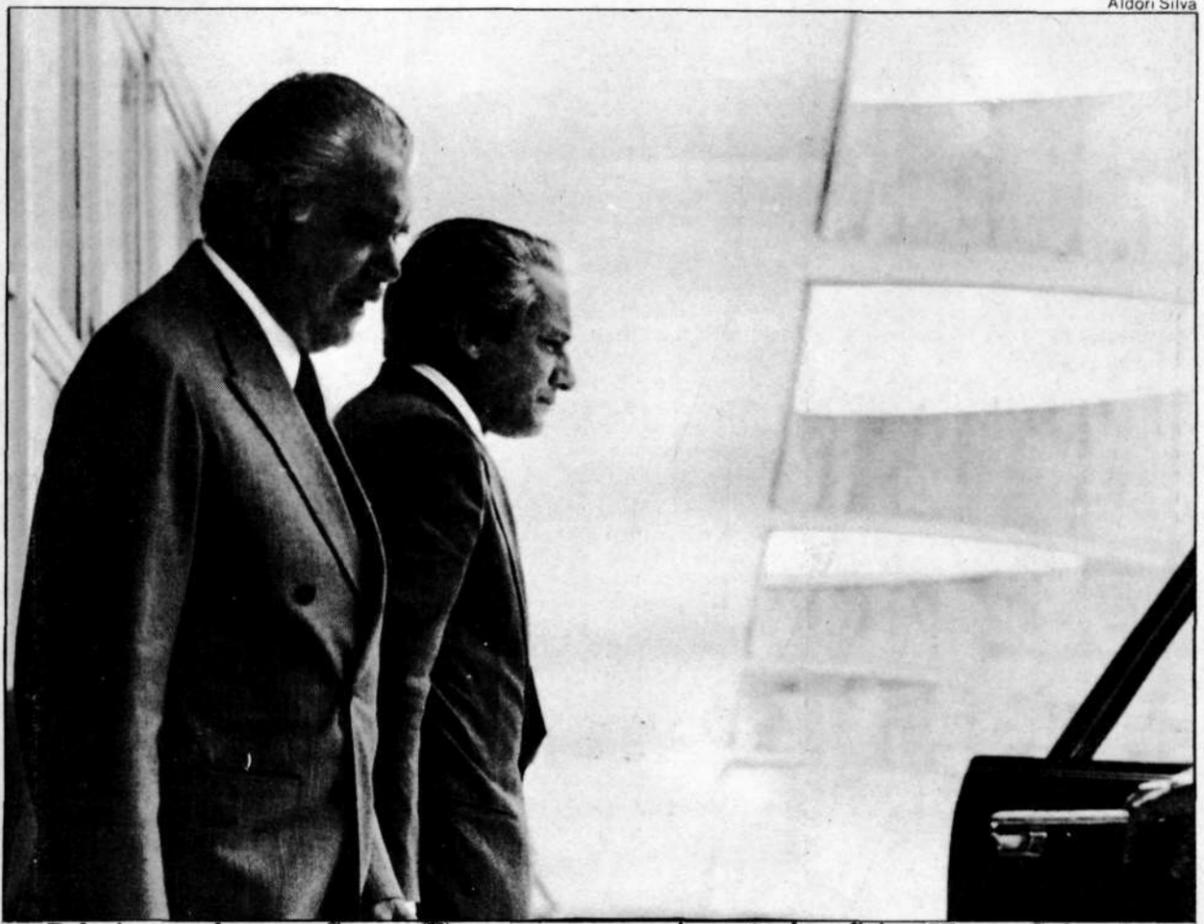
A determinação é, publicamente, fazer de conta que a crise não existe. Colocando melhor as coisas, a determinação é fingir que o presidente da Constituinte não fez críticas ao presidente da República.

Verdadeiramente, os inquilinos palacianos sabem, e comentam claramente entre si, que o pronunciamento do presidente José Sarney foi um erro, sabiamente utilizado pelo deputado Ulysses Guimarães para fortalecer sua posição como candidato à Presidência da República.

## Discurso ensaiado

Alguns ocupantes do Palácio avançam até que o presidente José Sarney, com o seu pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, fez foi lançar, definitivamente, a candidatura de Ulysses Guimarães.

E compreendem que o presidente do PMDB não poderia, como político experiente que é, fazer outra coisa que não chutar a bola le-



Palacianos acham que Sarney (E), com seu pronunciamento, beneficiou Ulysses Guimarães

vantada na pequena área pelo próprio presidente da República.

O que o Palácio tira de bom da crise — que existe — é o que de bom Ulysses ofereceu: fez o seu discurso (de candidato) em defesa da Constituinte, mas garantiu ao Governo que o projeto constitucional não será aprovado como está.

Os ministros Prisco Viana, Antônio Carlos Magalhães e Ronaldo Costa Couto parece que ensaiaram suas falas à imprensa: o discurso de Ulysses Guimarães só existiu

Beto Rocha

quando tratou da necessidade de correções no projeto constitucional.

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique ressaltou do pronunciamento do presidente da constituinte, foi que «a Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade».

Entre as correções que o Governo deseja fazer, as mais importantes estão resumidas em 21 pontos. Entre elas: a aposentadoria pela melhor legislação; a estabilidade

aos cinco anos de trabalho para o servidor público; direito de greve nos serviços essenciais. Também há a jornada de seis horas de trabalho; a anistia fiscal e creditícia; a prerrogativa do Congresso de decidir, em caráter definitivo, sobre acordos e tratados internacionais; o referendo do Congresso para realização da dívida pública ou emissão de títulos; mandato judicial para prisão. O Governo quer ainda preservar os contratos de risco para exploração de petróleo.



Niemeyer, de costas, dá explicação a Ulysses e Aparecido

## Deputado desmente conflito

«Não há crise nenhuma entre o Legislativo e o Executivo», afirmou, ontem, pela manhã, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, durante visita que fez ao local onde será construída a futura sede nacional do PMDB, um terreno nos fundos do anexo do Itamaraty, em setor já destinado a abrigar as sedes de todos os partidos, além das representações dos governos estaduais.

Ulysses Guimarães disse que o PMDB está realizando um velho sonho e que não têm fundamento as especulações de que o partido vai acabar após a promulgação da nova Constituição. «O PMDB veio para ficar e a sede será o certificado dessa durabilidade, não vai ficar na pedra fundamental», afirmou. Ulysses disse ainda esperar que os outros partidos também construam as suas sedes e aproveitou para fazer mais um apelo para

que os constituintes compareçam em massa às votações do segundo turno.

### A sede

A sede do PMDB já tem seu projeto pronto há mais de um ano, idealizado por Oscar Niemeyer. O prédio terá 1,5 mil metros quadrados de área construída, três andares e um custo de construção de Cz\$ 100 milhões. Segundo o deputado federal Fernando Gasparian (PMDB-SP), os recursos serão obtidos através de doações dos quase um milhão de membros do partido.

Para receber as doações, o partido já abriu uma conta especial no Banco do Brasil, que já arrecadou Cz\$ 2,5 milhões, o suficiente para pagar o cálculo estrutural do prédio. Por mais que se esforçasse, Gasparian não conseguiu se lembrar do número da conta, mas assegurou que o partido prefere receber «um pouco de muitos do que muito de dois ou três».

## Brossard nega confronto

Porto Alegre «Por que transformar um fato natural em algo perigoso?», indagou ontem o ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao reiterar que não houve qualquer espécie de confronto entre o presidente José Sarney e o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. «No Brasil, nós esquecemos de que divergir é democracia e a administração das divergências», reiterou Brossard. Para ele, o Presidente utilizou uma cadeia de rádio e televisão exatamente devido a existência do segundo turno de votação da Constituinte.

«Estamos diante de um projeto em fase de elaboração que, enquanto não chegar a sua fase final, poderá ser modificado. É exatamente a existência dos dois turnos que permite isso, senão não haveria necessidade. Isso é uma coisa normal na trami-

tação parlamentar», argumentou.

### Soberania

O ministro reconheceu a soberania da Constituinte para deliberar sobre os pontos contestados pelo presidente Sarney, mas criticou Ulysses Guimarães pelo fato de, em seu discurso, não ter sequer analisado os números apresentados. «Não houve sequer análise dos números e das questões pelo dr. Ulysses. Agora a Assembléia é que deverá analisar e ou ela se convence da procedência das razões ou não se convence. O tempo dirá quem tem razão».

Brossard classificou como um fato natural o pedido de demissão do ministro da Previdência Social, Renato Archer, e não quis analisar a possibilidade de que os demais ministros ligados ao PMDB também renunciem a seus cargos.

## Jereissati: caso superado

Fortaleza — O governador Tasso Jereissati disse ontem antes de embarcar para o Rio de Janeiro, que «está superado» o episódio envolvendo o presidente Sarney e o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, sobre o projeto da nova Constituição aprovado pelos constituintes. Para Jereissati, o problema agora é concluir o mais cedo possível o trabalho da Constituinte.

Jereissati, que conversou com o

deputado Ulysses Guimarães ontem à noite, logo após a transmissão em cadeia de rádio e televisão do pronunciamento do presidente da Constituinte, admitiu que o projeto da nova Carta do País «é bom», mas acha que contém «alguns defeitos» que no seu entender devem ser corrigidos na votação do segundo turno. Entre estes «defeitos» ele apontou a anistia fiscal, a anistia para os micro e pequenos empresários e a fixação dos juros em 12%.

## Sodré não vê divergências

Rio — Para o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, tanto o presidente José Sarney quanto o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, pensam da mesma maneira, «falando de forma diferente». Ao sair de sua palestra na Escola Superior de Guerra (ESG) ontem pela manhã, no Rio, Abreu Sodré não admitiu o confronto entre Sarney e Ulysses, mas acha que, se não forem retificados alguns pontos do texto constitucional, «o País realmente ficará ingovernável».

Abreu Sodré afirmou que existem emendas que deverão ser eliminadas, «porque são absolutamente impertinentes à Constituição», mas procurou não tomar partido de Sarney e muito menos de Ulysses Guimarães. Disse que respeita os pontos de vista tanto de um, quanto de outro, porque, se um tem a responsabilidade de dirigir a Nação, o outro deve fazer uma

Constituição. «Se houvesse unidade de pontos de vista de todos os brasileiros, num regime de liberdade, nós não teríamos a liberdade, teríamos uma ditadura».

### Previdência

Abreu Sodré, atribui a demissão do ministro da Previdência Social a uma divergência de posição entre Renato Archer e Sarney com relação ao encaminhamento da política previdenciária no Brasil. Para Sodré, se um ministro não concorda com a linha do Presidente, só lhe resta uma alternativa: «Sair do Ministério».

Abreu Sodré admitiu que existem diferenças entre os números divulgados por Archer e Sarney, mas afirmou que prefere «acreditar no Presidente». E acrescentou: «Isso poderá acontecer comigo amanhã; Se eu tiver um ponto de vista divergente de forma inarredável, a primeira coisa que farei será apresentar meu pedido de demissão».